

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 12 DE AGOSTO DE 1998

NÚMERO 4.560

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 954**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 091ª Sessão Ordinária
realizada em 03/08/1998..... 2
Ata da 092ª Sessão Ordinária
realizada em 04/08/1998..... 11

Atos da Mesa Diretora

Resolução DP..... 12

Publicações Diversas

Extrato 12
Ofício..... 12

PLENÁRIO

ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 03 DE AGOSTO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente

consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE N.ºS:

3775, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre o Quadro Complementar de Policiais Militares e estabelece outras providências;

3779, comunicando veto integral ao projeto de lei que institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, e estabelece outras providências;

3780, comunicando veto integral ao projeto de lei que dispõe sobre a descentralização da merenda escolar e estabelece outras providências;

3781, comunicando veto integral ao projeto de lei que regulamenta a transferência de recursos públicos e estabelece outras providências;

3707, comunicando sanção do projeto de lei que disciplina regras sobre a ocupação de vagas em estacionamentos de veículos localizados em imóveis pertencentes a órgãos ou empresas da administração direta, indireta e ou autárquica do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, opondo o veto ao artigo 2º, por ser

inconstitucional;

3782, comunicando sanção do projeto de lei que dispõe sobre o estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública, opondo o veto ao artigo 11, por ser inconstitucional;

3776, encaminhando projeto de lei complementar que reorganiza a Polícia Militar de Santa Catarina;

3777, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre o quadro especial de Policiais Militares e estabelece outras providências;

3778, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre o quadro combatente de Policiais Militares e estabelece outras providências;

3786, encaminhando projeto de lei que institui o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, e dá outras providências;

3708, comunicando a sanção do projeto de lei, que estabelece nova redação a dispositivo da Lei nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995;

3709, comunicando a sanção do projeto de lei que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 10.504, de 30 de

setembro de 1997;
 3710, comunicando a sanção do projeto de lei que altera o art. 1º da Lei nº 10.426, de 28 de maio de 1997;
 3716, comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza a transferência do domínio útil de imóvel no Município de Florianópolis;
 3717, comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Criciúma;
 3718, 3719, comunicando a sanção dos projetos de lei que se converteram nas leis nºs 10.803 e 10.804;
 3720 e 3721, comunicando sanção dos projetos de lei, que se converteram nas Leis nºs 10.805 e 10.806;
 3711 à 3715 e 3751 à 3758, comunicando sanção dos projetos de lei, que se converteram nas leis nºs 10.796, 10.797, 10.978, 10.799, 10.800, 10.840, 10.841, 10.842, 10.843, 10.844, 10.845, 10.846 e 10.847, respectivamente;
 3722 à 3731 e 3733, comunicando sanção dos projetos de lei, que se converteram nas leis nºs 10.807, 10.808, 10.809, 10.810, 10.811, 10.812, 10.813, 10.814, 10.815, 10.816 e 10.823, respectivamente;
 3737, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, visando a execução do Projeto de Recuperação e Controle Ambiental da Região Sul de Santa Catarina;
 3738, encaminhando segundo e décimo primeiro termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, com as entidades sociais que mencionam;
 3739, encaminhando primeiro, segundos e terceiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto com os Municípios que mencionam;
 3740, comunicando sanção do projeto de lei que institui o Programa Estadual de Renovação Acelerada de Frota de Ônibus de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros - Profrota e estabelece outras providências;
 3743, comunicando sanção do projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Proteção Contra Incêndios - Ceproi;
 3746, comunicando sanção do projeto de lei que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 10.656, de 07 de janeiro de 1998;
 3747, comunicando sanção do projeto de lei que altera o art. 56 da Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a organização da administração pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo;
 3783, comunicando sanção do projeto de lei que dispõe sobre a apreciação dos convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres previstos no art. 20 da Constituição Estadual e dá outras providências;
 3784, comunicando sanção do projeto de lei que torna obrigatória a veiculação de propaganda educativa ou preventiva em festas, festivais, competições e eventos

promovidos, patrocinados ou apoiados pelo poder público estadual;
 3785, comunicando sanção do projeto de lei que ajusta os cargos da carreira do Ministério Público Estadual à Divisão e Organização Judiciária do Estado;
 3748 à 3750 e 3759 à 3774, comunicando sanção dos projetos de lei que se converteram nas Leis nºs 10.837, 10.838, 10.839, 10.848, 10.849, 10.850, 10.851, 10.852, 10.853, 10.854, 10.855, 10.856, 10.857, 10.858, 10.859, 10.860, 10.861, 10.862 e 10.863, respectivamente;
 3732 e 3745, comunicando sanção dos projetos de lei que se converteram nas Leis nºs 10.817 à 10.822 e 10.827 à 10.834, respectivamente;
 3734, encaminhando projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Tubarão;
 3735, encaminhando projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Bocaina do Sul;
 3736, encaminhando projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Jaraguá do Sul;
 3741, encaminhando projeto de lei que concede pensão especial;
 3742, encaminhando projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Doutor Pedrinho;
 3744, encaminhando projeto de lei que cria cargos na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Olices Santini, que estabelece não incidência dos custos de licença ambiental nos casos que menciona;
- de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Comunidade do Bairro Figueira, com sede na cidade de Jacinto Machado e foro na Comarca de Turvo;
- de autoria do senhor Deputado Gelson Sorgato, que atribui denominação ao Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Padre Antônio Vieira - do Município de Ipuauçu;
- de autoria do Deputado Vanderlei Rosso, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Boa Vista, do Município de Cocal do Sul;
- de autoria do senhor Deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente o Bom Samaritano, com sede na Vila Samburá, e foro na Comarca de Xanxerê.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, que dá nova redação ao § 1º, do art. 1º, da Lei Complementar nº 44, de 19 de janeiro de 1992;

OFÍCIOS NºS:

012/98, do senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formosa do Sul, solicitando intervenção desta Casa junto ao Governador do Estado que seja votado e aprovado a isenção do financiamento de emergência dos agricultores;
 036/98, do senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, encaminhando nota oficial expedida e

publicada referente a Defensoria Dativa e Assistência Judiciária;
 038/98, do senhor Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA/SC, solicitando ao Poder Legislativo que dê aplicabilidade aos arts. 136, inciso IX e art. 260, parágrafo segundo, todos do ECA, no sentido de garantir a participação de representantes dos Conselhos Nacional, Estaduais e dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, na elaboração de leis que estabelecem recursos para a infanto-adolescência e especial a que tratem do orçamento do FIA - Fundo para Infância e Adolescência;
 043/98, do senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Santa Catarina, comunicando a criação da Comissão da Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina;
 047/98, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura - Cederural, encaminhando as proposições oriundas da Câmara Setorial de Crédito Rural, vinculada a este Conselho;
 054/98, do senhor Assessor do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta do Fax nº TE/0306.7/98 solicitando obras de recuperação da BR-116/SC, trecho entre os Municípios de Lages e Ponte Alta;
 078/98, do senhor Prefeito Municipal de Cunhataí, apresentando posição contrária ao Projeto de Lei nº 139/98, que dispõe sobre a consolidação das dívidas intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas;
 112/98, do senhor Prefeito Municipal de Modelo, encaminhando resposta do Ofício nº 232/98, solicitando que seja feita uma revisão na documentação anexa quanto às divisas entre o Município de Modelo e o de Serra Alta;
 132/98, do senhor Prefeito Municipal de Flor do Sertão, manifestando seu descontentamento referente ao Projeto de Lei nº 139/98, que dispõe sobre a consolidação das divisas intermunicipais do Estado de Santa Catarina;
 140/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba, solicitando informações sobre o desmembramento da comunidade de Linha Castelo Branco, atualmente pertencente ao Município de Barra Bonita;
 141/98, do senhor Administrador Regional da Chapecó - Funai - Ministério da Justiça, encaminhando resposta ao Telefax nº 562/98;
 163/98, do senhor Vice-Governador do Estado José Augusto Hülse, comunicando que protocolizou pedido de registro de candidatura ao cargo de Deputado Federal, sob o nº 1530, pelo PMDB, estando assim impedido de suceder ou substituir o senhor Governador do Estado;
 194/98, do senhor Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc - encaminhando resposta ao Telefax nº TE/0636.1/98;
 212/98, da senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Blumenau, encaminhando as conclusões do Seminário Estadual de Renda Mínima, um programa alternativo de enfrentamento da pobreza;
 217/98, da senhora Promotora de Justiça,

Coordenadora de Defesa dos Direitos Humanos, da Cidadania e das Fundações, encaminhando cópia do Ofício 245/98 e da Informação Jurídica nº 31/98, ambos oriundos da Delegacia Geral de Polícia Civil, para providências;

288/98, da senhora Superintendente Estadual em Santa Catarina, acusando o recebimento do Telefax nº 730/98, que trata da criação de um Posto do INSS no Município de Xaxim;

289/98, do senhor Secretário Especial do Ministério do Planejamento e Orçamento - Secretaria Especial de Políticas Regionais, informando que foi celebrado entre a Secretaria Especial de Políticas Regionais e o Governo do Estado, o Convênio nº 043/98;

326/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando para análise, cópias de processos de licitação, com rol dos documentos anexos;

340/98, do senhor Ministro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, encaminhando Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1857;

383/98, do senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma, posicionando-se contrariamente ao projeto de lei propondo a extinção dos Conselhos de Contribuintes;

458/98, do senhor Diretor Geral da Fundação de Ciência e Tecnologia, encaminhando resposta ao Telefax nº TE/0648.0/98;

472/98, do senhor Diretor-Executivo do Proep - Programa de Reforma da Educação Profissional, informando sobre a celebração do convênio MEC/SEMTE/PROEP;

500/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, encaminhando resposta ao Telefax nº TE/0658.4/98;

596/98, do senhor Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, referente ao contrato celebrado entre o Estado de Santa Catarina e a Caixa Econômica Federal - Programa Habitar-Brasil-Recursos;

698/98, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, encaminhando resposta à Indicação nº 020/98, de autoria do senhor Deputado Reno Caramori;

787/98, do senhor Secretário de Educação a Distância - Substituto, informando que em 30.06.98, o Ministério da Educação e do Desporto, por intermédio desta Secretaria, celebrou o convênio nº 009/98, com a Secretaria de Educação deste Estado;

875/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba - SP, encaminhando cópia da Moção nº 06/98, de autoria do Vereador Emerson Cañas;

947/98, do senhor Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital/SC, encaminhando cópia do Ofício nº 039/98 - CDH, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC;

1153/98, do senhor Diretor da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando informações sobre ações na área de direitos humanos para consolidá-las e encaminhá-las a quem de direito;

1935/98, do senhor Governador do Estado, comunicando a esta Casa Legislativa o seu comparecimento ao VII Fórum Permanente de Governadores do Codesul/Crecenea - Litoral, no dia 31 do corrente mês, sendo

que os eventos ocorrerão na cidade Argentina de Santa Fé;

1976/98, da senhora Chefe em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando resposta ao Fax 10/98, a respeito da transferência da jurisdição dos assuntos do Estado de Santa Catarina nesta instituição;

1978/98, do senhor Oficial de Gabinete da Casa Civil do Estado do Paraná, acusando recebimento do Telex nº 640.9/98;

2274/98, do senhor Contra-Almirante Subchefe de Doutrina e Organização do Estado Maior das Forças Armadas - Presidência da República, solicitando convidar esta Instituição a indicar 02 (dois) candidatos para o Curso de Altos Estudos de Política Estratégica (CAEPE);

2533/98, da senhora Delegada de Polícia Federal, encaminhando cópia do Parecer nº 017/98-COR/SR/DPF/SC, para devida ciência;

2887/98, do senhor Esperidião Amin, encaminhando cópia de correspondência endereçada ao Excelentíssimo senhor Waldeck Ornelas, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social;

7544/98, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao segundo trimestre de 1998.

CORRESPONDÊNCIA:

- do senhor Eduardo de Borba Garcia, Advogado militante de Balneário Camboriú, manifestando-se a respeito do projeto encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado, para criação de Comarcas e Varas em todo o Estado;
- do senhor Presidente do Lions Clube de Balneário Camboriú, referente ao Projeto de autoria do Poder Judiciário e que prevê a reforma daquele Poder;
- do senhor Presidente a Associação Comercial e Industrial de Itajaí, parabenizando pela aprovação do Projeto de Resolução da inadimplência do ICMS no Estado de Santa Catarina.

FAX:

- da senhora Anita Pires, encaminhando informações sobre o levantamento de obras e projetos solicitados para o Brasil em Ação;
- da senhora Prefeita Municipal de Nova Itaberaba, solicitando seja aprovado o projeto de lei que vise anistiar pagamento de débitos dos agricultores, relativos ao crédito de emergência contraído, ora pendente de pagamento.

TELEGRAMA:

- do senhor Senador Epitácio Cafeteira - Líder do PPB, acusando recebimento de fax e manifestando-se contrário a adição de açúcar na erva mate.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o senhor Deputado Idelvino Furlanetto, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, estamos retornando após o recesso de julho, e neste período, trabalhando no Oeste e neste final de

semana na região do Alto Vale do Itajaí, constatamos que o problema, praticamente (e desde o primeiro dia eu tenho colocado a minha atuação parlamentar na defesa e na construção da agricultura familiar), é cada vez mais o empobrecimento do agricultor.

Hoje, pela manhã, estivemos reunidos com o Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Neodi Saretta, e com os Deputados Herneus de Nadal, Romildo Titon, Gelson Sorgato e Pedro Bittencourt, juntamente com Prefeitos, Vereadores, os Secretários Municipais de Agricultura, dirigentes sindicais do Oeste. Inclusive, gostaríamos de cumprimentar os Prefeitos de União do Oeste e de Águas Frias, todos os Secretários de Agricultura e dirigentes sindicais aqui presentes.

A reunião de hoje, fruto de um pedido feito no início deste ano, diz respeito à preocupação dos dirigentes sindicais, Prefeitos, Vereadores e também da Comissão de Agricultura referente ao financiamento de emergência, que foi buscado na safra de 95 e 96.

O financiamento de emergência e os demais financiamentos estão gerando um desconforto muito grande; o agricultor já não consegue mais dormir direito, preocupado que está com este endividamento e com as perdas que teve com a safra 97/98.

Recebemos, também, hoje pela manhã, uma carta aberta aos agricultores familiares da região de Coronel Freitas, qual gostaria de ler e, posteriormente, comentar.

(Passa a ler)

"A agricultura familiar do nosso Estado é responsável por 80% da produção agrícola do País. No entanto, constatamos que os agricultores estão cada vez mais se descapitalizando pela situação sócio-econômica que se implanta em nosso País.

Os agricultores, preocupados com a sua permanência no meio rural e constatando que hoje existe um crescente endividamento agrícola e perdas nas safras 97/98, chegando a um patamar de 80% nos Municípios de Coronel Freitas, União do Oeste, Jardinópolis e Águas Frias, o que agravou ainda mais essa realidade, perceberam que não há condições de eles quitarem suas dívidas e constataram que a anistia do crédito de emergência é a saída mais viável de apoio e investimento à agricultura de Santa Catarina.

Na presença de todos os Deputados e do Governo Estadual, reforçamos esse pedido e colocamos também que fosse providenciada a confirmação da audiência solicitada ao Governador pela Comissão da Fetrafesc, pedido no dia 31 de julho."

E segue um abaixo-assinado dos agricultores familiares de Coronel Freitas, União do Oeste, Jardinópolis e Águas Frias.

Senhor Presidente e senhores Deputados, a Comissão de Agricultura tem recebido documentos dos Prefeitos, dos sindicatos e dos Vereadores destes Municípios citados. Todos os 69 Municípios que buscaram financiamento de emergência têm problemas semelhantes.

No dia 18 de março deste ano eu estive em Brasília, junto com o Vice-Governador e o Secretário-Adjunto da Agricultura, fazendo este pedido de anistia do financiamento de emergência, e a minha preocupação é que de março até hoje o Ministro da Agricultura, que

nos recebeu naquele dia, não ofereceu proposta nenhuma.

Foi aprovado um requerimento nesta Casa no dia 8 de julho e encaminhado ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Fazenda e ao Banco Central, dando ciência de que a Comissão de Agricultura, a Câmara Setorial de Crédito e as audiências públicas que a Comissão de Agricultura realizou no interior do Estado fizeram um levantamento do endividamento, que chegou a R\$1.295.467.000,00, pedindo a suspensão das dívidas vencidas e as por vencer, bem como um recálculo dessas dívidas, porque as dívidas que foram securitizadas estão colocando o agricultor e a propriedade do agricultor em risco. Mas até hoje a Comissão de Agricultura não recebeu resposta.

O crédito que o agricultor fez na safra passada, o qual não está incluído nesse quase 1,3 bilhão, está vencendo no mês de julho e agosto, e já está vencendo o outro crédito que ele buscou, apesar das perdas que teve com o fenômeno El Niño. Então, o agricultor não tem como pagar e tem que buscar mais crédito para plantar.

Nós estamos preocupados e queremos saber o que de concreto está sendo feito. Hoje pela manhã recebemos o Presidente da Fetrafesc, que veio acompanhado dos Prefeitos já citados, de dirigentes sindicais, de Secretários Municipais de Agricultura, de Vereadores, os quais estão aguardando uma audiência com o Governador.

Eu espero que o Deputado Romildo Titon, Líder do Governo, esteja conversando com o Governador no sentido de ele receber nesta tarde a Comissão de Agricultura, a Presidência da Assembléia, os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais de Agricultura e os dirigentes sindicais que aqui estão, porque os agricultores estão com o financiamento de emergência vencendo, como, por exemplo, os de Dionísio Cerqueira, que se encontram aqui.

Mas até o presente momento não se tem uma posição de Brasília ou do Governador sobre a situação colocada.

Objetivamente, o Governador do Rio Grande do Sul propôs, juntamente com o Secretário da Agricultura, prorrogar por mais um ano. Em Santa Catarina os agricultores estão apavorados, e hoje a maioria dos Municípios realizou uma assembléia em frente ao BESC e decidiu ocupar o estabelecimento. Até este momento a instituição continua ocupada e está impedida de funcionar; os agricultores estão aguardando uma posição do Governador.

Espero que até o final da tarde de hoje os Deputados e a comissão de Prefeitos, de Vereadores e os líderes sindicais se reúnam com o Governador e tragam uma proposta para os agricultores quanto ao endividamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Registramos a presença do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipira e do Vereador Zanellato, sindicalista de Lindóia do Sul.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Senhor Presidente e senhores Deputados, ilustres visitantes que estão acompanhando a presente sessão, dois motivos nos fazem ocupar a tribuna nesta tarde; o primeiro é a reabertura dos trabalhos legislativos, e dentro do calendário especial que esta Casa elaborou e tem cumprido à risca, estamos na segunda fase.

Temos certeza de que nesta semana concentrada de sessões poderemos votar todas as matérias pendentes, que não são muitas, tendo em vista a grande limpada de pauta que fizemos nos meses de junho e julho.

Desejamos a todos os Deputados um profícuo trabalho neste segundo semestre e que, juntos, possamos responder aos anseios da sociedade catarinense.

O segundo motivo que me traz à tribuna é o mesmo assunto que abordou o Deputado Ildelvino Furlanetto.

Dou conhecimento a esta Casa e aos senhores Deputados que vários fax foram recebidos do Oeste de Santa Catarina, especialmente de sindicatos, de Prefeituras, de Câmaras Legislativas, com abaixo-assinados no sentido da anistia do crédito de emergência concedido aos agricultores atingidos pela estiagem de 1995, no caso os agricultores do Oeste catarinense, e aos atingidos pelas enchentes, no caso os do Sul do Estado.

É importante frisar, como diz inclusive um documento da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina, que as razões para se solicitar a anistia devem-se a alguns fatores importantes, dentre os quais destacamos o crédito de emergência que foi adquirido pelos agricultores para a manutenção de suas famílias diante da perda das safras pela estiagem ocorrida no final de 1995.

Portanto, não foram recursos para investimento na lavoura, e assim não se gera renda. Na época também reivindicava-se R\$2.000.000,00 por família. Em média, conseguiu-se R\$470,00, chegando a ser beneficiadas um total de 39.362 famílias, perfazendo um montante de R\$19.731.119,84.

Nós temos percebido, não só pela quantidade de fax ou abaixo-assinados

que chegam a esta Casa, mas também pela nossa participação em assembléias de agricultores no interior do Estado, que mais de 80% das famílias não possuem condições de quitar esses débitos, e não só porque foram atingidas pela estiagem, não só porque enfrentaram recentemente o fenômeno El Niño, mas também porque falta uma política agrícola voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, falta uma política agrícola voltada para a pequena propriedade rural, falta interesse realmente de quem comanda este País olhar com mais afinco pelos agricultores.

Nós nos somamos a todos aqueles que estão lutando pela anistia, por isso, nesta manhã, como disse o Deputado Ildelvino Furlanetto, estivemos com os Deputados Pedro Uczai, Romildo Titon, Herneus de Nadal, Gelson Sorgato, entre

outros. E com certeza, nesta tarde teremos a adesão da grande maioria dos Deputados, senão de todos, para que possamos, em primeiro lugar, conseguir junto ao Governo do Estado a audiência para os representantes dos agricultores catarinenses, para que possamos conversar e buscar uma solução que venha ao encontro da reivindicação deste setor.

Em segundo lugar, queremos que esta solução passe necessariamente pelo envio de projeto de lei para anistiar estes créditos, já que em alguns Estados, se não saiu a anistia, pelo menos a prorrogação já saiu, como foi o caso do Rio Grande do Sul. E, em terceiro lugar, fica o convite para os Deputados desta Casa, independentemente dos seus Partidos Políticos, para que, caso não consigamos sensibilizar o Governo para o envio deste projeto, elaborem um projeto de origem parlamentar e tenhamos pelo menos um instrumento de pressão política para aliviar o sufoco que vivem esses agricultores.

Repito que recebemos inúmeros comunicados, e diversas agências do Banco do Estado de Santa Catarina estão sendo alvo de manifestações de agricultores nesta manhã, pedindo por esta anistia.

Destaco aqui um fax recebido da agência do BESC de Concórdia, que encaminha documento e manifestação feita nesta agência, nesta data, com reivindicações referentes a crédito de emergência liberado aos agricultores. Existem também inúmeras Prefeituras, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, especialmente do Oeste de Santa Catarina, manifestando-se neste sentido. Igualmente, a agência do BESC de Saudade manifesta-se que diversos agricultores estão na agência daquela cidade reivindicando anistia.

Este é o quadro que gostaríamos de passar a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, há necessidade desta mobilização dos agricultores, da Fetrafesc, das lideranças todas dos Municípios, inclusive de Prefeitos, participar e solidarizar-se com a anistia ao crédito de emergência.

O impedimento de os agricultores pagarem um valor de 300, 400, 500 ou 600 reais denuncia o descaso e a irresponsabilidade do Governo Federal, principalmente com a nossa agricultura.

As vezes, uma das leituras que se faz é que a desgraça do agricultor é a graça do real. Mas quero fazer uma denúncia: de forma pacífica, os agricultores estão indo às agências do BESC em várias cidades do Estado para mobilizar politicamente e pressionar o Governo para encaminhar um projeto de anistia dessa dívida ou desse crédito de emergência; e, ao mesmo tempo, não há uma sensibilidade das agências quando solicitam que a polícia violenta os próprios agricultores.

Em Chapecó, poucos minutos atrás, os agricultores foram agredidos pela polícia. Várias pessoas saíram machucadas em função da violência policial contra os pequenos agricultores, contra aqueles que

querem reivindicar o direito de permanecer na terra.

Portanto, é inadmissível que os agricultores, querendo se manter na terra, sejam violentados, agredidos pela Polícia Militar. Denunciar isso é fazer com que os agricultores não desanimem e continuem pedindo o funcionamento das agências do BESC em todo o Estado de Santa Catarina, para que o Governo do Estado se sensibilize e, assim, sensibilize o Governo Federal a conceder anistia desses nove milhões.

E os quarenta Deputados desta Casa têm que ter um mínimo de sensibilidade, porque nós terminamos o primeiro semestre votando a anistia, o perdão de juros e correção monetária para os empresários do Estado. Então, temos que ter sensibilidade para anistiar os pequenos agricultores, cuja dívida não chega a nove milhões.

Por isso, Deputado Neodi Saretta, tem que haver uma mobilização de todas as Bancadas aqui no sentido de o Governo encaminhar a anistia dessa dívida. Se isso não ocorrer, nós, Deputados, temos que ter a responsabilidade de apoiar a mobilização que visa manter os bancos fechados no Estado, ao mesmo tempo em que tentaremos conseguir votar a anistia dessa dívida dos pequenos agricultores. A mobilização tem que continuar até quinta-feira, para conseguirmos a vitória dos nossos pequenos agricultores.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu incorpore ao meu pronunciamento este seu aparte, Deputado, e fico muito preocupado com a informação que V.Exa. coloca em relação à violência aos pequenos agricultores. Acho que violência maior é o que se tem feito à agricultura brasileira, em especial à de Santa Catarina, por essa falta de política agrícola voltada para a agricultura familiar.

Eu espero que essa luta pela anistia marque também uma luta pela salvação da agricultura catarinense, mas precisamos realmente de mais força, e esta Casa Legislativa, com certeza, é uma aliada dos agricultores nessa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WANDALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, venho a esta tribuna fazer um apelo, porque alguns centros sociais de Santa Catarina, algumas escolas hoje passam por dificuldades porque o Governo do Estado não está cumprindo o convênio assinado com essas entidades.

Cito como exemplo, primeiramente, uma escola básica estadual de Blumenau, para a qual o Governo do Estado paga aluguel, que é a Escola Governador Celso Ramos. É o segundo maior colégio daquele Município, e o Governo do Estado, como não tem um colégio, paga aluguel para a Mitra Diocesana, que, sem dúvida nenhuma, faz um trabalho muito importante não só em Blumenau, mas em toda Santa Catarina.

O nosso amigo padre Geraldo, daquela paróquia, esteve há pouco tempo em Florianópolis, acompanhado de alguns

membros da comunidade, participando de uma audiência que marcamos com o Secretário de Estado da Família, o Dr. Ênio Schneider. E fizemos um apelo para que o Estado pudesse colocar em dia o aluguel, que está atrasado há quatorze meses. Faz quatorze meses que o Governo não paga o aluguel do Colégio Estadual Celso Ramos.

Aquela comunidade está construindo, para atender às pessoas, principalmente as da terceira idade, um centro de convivência, e depende desse recurso. Há dois meses, conseguimos, através da Secretária da Educação, repassar 30 mil reais. Mas, infelizmente, o Estado ainda deve à escola quatorze meses de aluguel, e sendo o aluguel 16 mil reais por mês, são aproximadamente 200 mil reais que o Governo deve.

"Quem não investe na educação hipoteca o seu futuro", diz um ditado. Nós não queremos hipotecar o nosso futuro, por isso estamos aqui fazendo um apelo ao Líder do Governo e encaminhando um requerimento ao senhor Governador do Estado para que coloque em dia essa situação.

Por outro lado, os conselhos comunitários, os centros sociais urbanos, que também têm convênios com o Governo do Estado, precisam do repasse de recursos para colocar em dia o pagamento dos funcionários que cuidam das creches, que cuidam da saúde das pessoas da terceira idade.

O Governo do Estado assinou convênio com dois conselhos comunitários no Médio Vale do Itajaí; os Municípios de Timbó e Rio do Sul também possuem conselho comunitário, e de nove parcelas o Governo só pagou uma. O convênio foi feito com atraso, foi assinado no dia 23 de abril de 98 e publicado no Diário Oficial do Estado no mês de maio, e já estamos no mês de agosto, quase no final do ano, e o Estado, de nove parcelas, pagou apenas uma para cada conselho comunitário.

As famílias que lá trabalham precisam do salário para sobreviver, para pagar suas contas de água e luz, e o próprio Governo dá um calote nessas entidades, não repassando os recursos! As comunidades procuraram o Secretário, e a desculpa do Secretário, do Governo é que não conseguiu pagar porque a Assembléia Legislativa de Santa Catarina não deixa repassar os recursos; que o Estado tem algumas ações da Telesc, da Casan para vender e não consegue porque a Assembléia não permite!

É só o que faltava o Governo do Estado culpar a Assembléia quando esta Casa, muitas vezes, deu oportunidade para que o Governo colocasse em dia suas obrigações. Há poucos dias, aprovamos um projeto do ICMS dando condições para as empresas negociarem com o Estado, para o Estado arrecadar e poder colocar a folha de pagamento dos servidores em dia. E vem a desculpa do Secretário de Estado da Família culpando a Assembléia de Santa Catarina por não repassar os convênios que assinaram?!

Senhores Deputados, aí não dá para agüentar! Querem arrumar uma desculpa esfarrapada, jogar a culpa na Assembléia de Santa

Catarina, dizendo que a Assembléia está travando as condições de pagamento.

Não é verdade. Eu já comuniquei às entidades. Infelizmente é um ano eleitoral. Quando não se consegue pagar e assumir os compromissos assumidos, começam a colocar a responsabilidade em outras pessoas.

Na nossa região não vou permitir que isso aconteça. Lá nós vamos de comunidade em comunidade falar, dizer que a responsabilidade não é da Assembléia mas, sim, do Governo do Estado, porque a Assembléia deu todas as condições para que o Governo pudesse fazer os pagamentos.

Então, era isso, senhor Presidente e senhores Deputados, que eu queria dizer. Estou encaminhando dois requerimentos: um ao Governador e um ao Secretário de Estado da Educação, para, através de suas mensagens telegráficas, pedir providências para que no mínimo pague mais duas ou três parcelas da dívida.

Eu sei que ainda vai ficar atrasado, porque não dá para colocar tudo em dia, mas ao menos que pague parte dessa dívida, porque é uma dívida social, é uma dívida com a educação e com a comunidade que faz um trabalho social bonito, gratificante. E infelizmente tem tudo para fechar creches, escolas, fechar gabinetes odontológicos na área da saúde, médicos, e por quê? Por falta de pagamento do convênio assinado com o Governo e aquelas comunidades dos centros sociais urbanos de Santa Catarina.

Era esse, senhor Presidente e senhores Deputados, o requerimento que eu gostaria, se possível, que entrasse na Ordem do Dia de hoje para que possamos aprová-lo, para que o Governo tome as devidas providências para colocar em dia e honrar os seus compromissos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Restam cinco minutos do horário à Bancada do PFL. Consultamos se mais algum Deputado deseja fazer uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo interesse da Bancada em fazer uso do restante do horário, os próximos dezesseis minutos estão destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Olices Santini, por dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente, senhores Deputados, companheiros de áreas sindicais, Prefeitos, Vereadores que nos honram com a sua presença hoje, eu gostaria de dar continuidade principalmente à posição do PPB.

Hoje eu tive a oportunidade de discutir o assunto do crédito de emergência com o nosso Líder, Deputado Gilson dos Santos, e gostaríamos de continuar a discussão deste assunto para colocar a posição do nosso Partido com referência a esse problema que vive a nossa agricultura e principalmente os nossos agricultores, que devem começar a pagar essa semana o crédito de emergência - a grande maioria começa a pagar no dia 13 de agosto.

Gostaríamos de colocar aos senhores Deputados que o nosso Partido, o PPB, através do Deputado Odacir Zonta, deste Deputado, de outros senhores Deputados, também tem acompanhado o problema da agricultura, que é muito maior, Deputado Presidente, senhores Deputados,

do que essa questão do crédito de emergência.

O endividamento da agricultura não é de hoje e é muito grande. O agricultor está descapitalizado, há poucas ações, ou nenhuma, por parte do Governo do Estado, muito pouco por parte do Governo Federal, e estamos numa crise nunca vista na agricultura de Santa Catarina e na pequena propriedade do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná.

Essa questão do crédito de emergência, até para não gerarmos uma expectativa falsa, é bom que se diga que os recursos vieram do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, através do BNDES, repassados ao Banco do Brasil que simplesmente se transformou num intermediário, autorizou o BESC a fazer as operações. E de acordo com as informações que dispomos, foi o Banco do Brasil que ganhou o spread da operação. Mas foi o BESC que transferiu o dinheiro para os pequenos agricultores.

De acordo também com as informações que dispomos, o volume é em torno de R\$20.000.000,00 e foram repassados para quarenta mil agricultores. O que dá uma média, Deputado Odacir Zonta, de R\$500.000,00 para cada um dos pequenos agricultores. Foi pouco, ajudou no momento, e agora estamos com dificuldade do pagamento.

Gostaríamos de dizer também, Deputado Odacir Zonta, que esse movimento é válido. Agora, deve ser devidamente esclarecido. Primeiro, para se anistiar o pequeno agricultor alguém vai ter que pagar a conta, porque o Fundo de Amparo ao Trabalhador não é um órgão governamental. É um Fundo do Trabalhador que emprestou o dinheiro, e alguém vai ter que ressarcir. E só pode ressarcir o Governo Federal, se assim o decidir, ou o Governo do Estado.

Por isso, nós, particularmente do PPB, não acreditamos, como foi colocado há pouco pelo nosso colega Presidente, que possamos fazer um projeto da Assembléia Legislativa determinando a anistia dos pequenos agricultores com relação ao crédito de emergência, primeiro, porque não compete à Assembléia Legislativa e, segundo, porque é um ato absolutamente inconstitucional e não prosperaria na Comissão de Justiça, da qual o Deputado Pedro Uczai faz parte, porque temos consciência que é ilegal.

O que podemos fazer? Podemos gestonar junto ao Governo do Estado para que encaminhe um projeto à Assembléia Legislativa criando um fundo para pagar, uma autorização que a Assembléia sem dúvida nenhuma mandaria para que o Governo do Estado assumisse esse ônus. É uma questão que depende exclusivamente do Governo do Estado.

O que podemos fazer, Deputado Odacir Zonta (é a posição de V.Exa., que eu conheço, e é a posição do nosso Partido), é sermos parceiros dos agricultores e gestarmos junto ao Governo do Estado e junto ao Governo Federal para que essa questão seja encaminhada de forma satisfatória.

Qualquer outra questão ou pretensão por parte da Assembléia Legislativa até soaria como um gesto político num momento pré-eleitoral como o que estamos vivendo agora.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta -

Gostaria de agradecer pelo aparte que me concede e cumprimentá-lo pela colocação.

Efetivamente, concordo com V.Exa., porque nós todos que estamos aqui e que representamos a nossa agricultura suprapartidariamente temos que fazer alguma coisa, sim. E somos solidários a toda iniciativa.

Existe esse momento desse crédito de emergência, aliás, um crédito de emergência que conhecemos bem a história. Eu presidi a Comissão de Agricultura quando ele foi solicitado através de requerimento, em janeiro de 96, e foi aprovado em fevereiro de 96, em Brasília. E foi remetido para cá, depois de muitos contratempos, para assinar o tal contrato entre o Governo Estadual com fundo de aval e os Municípios, no mês de maio, e só foi distribuído em setembro de 96, às vésperas das eleições municipais.

Ajudou. Ajudou o agricultor. Infelizmente, com as condições de intempéries do tempo a situação de falta de renda do agricultor não permite que ele possa devolver.

A iniciativa da anistia é válida. Nós queremos concordar e apoiar. Mas o caminho proposto - já conversamos até informalmente com o Presidente - não é o melhor, ou seja, o de fazermos um projeto aqui, porque ele não vai prosperar, efetivamente. Sugerimos e queremos concordar que preparemos uma moção ao Governador do Estado propondo que envie um projeto de lei criando esse fundo que possa ressarcir ou suportar essa anistia nos cofres estaduais.

Não tem como a Assembléia produzir um projeto para autorizar o Governo do Estado a anistiar, e muito menos o Governo Federal, porque seria criar uma expectativa falsa, e os nossos agricultores ficariam mais desesperados ainda.

Vamos juntos propor uma moção, encaminhá-la ao Governador do Estado e a par disso encaminhar uma manifestação muito forte ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Fazenda, ao próprio Presidente da República e ao Fórum Parlamentar Catarinense para que gestionem imediatamente uma presença ao Governo Federal para que sejam atendidos os apelos, os reclamos do nosso agricultor.

Esse parece ser o caminho que podemos usar, usando da força política suprapartidária desta Casa.

Por isso, eu o cumprimento e entendo que o caminho proposto por V.Exa. é o caminho que pode ter efeito logo lá na frente e pode ser aceito e não contestado, se for um ato constitucional.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Agradeço o seu aparte, Deputado Odacir Zonta, e incorporo-o ao meu modesto pronunciamento.

Gostaria de dizer que V.Exa. lembrou numa boa hora que esse crédito de emergência foi conquistado em 1996, quando V.Exa. era Presidente da Comissão de Agricultura.

Gostaria, senhor Presidente, para encerrar, de dizer que o nosso Partido, o PPB, é solidário com os agricultores e está junto nessa luta. Vamos usar toda a nossa força política para nos incorporar nesse processo da forma que for possível.

Gostaria de dizer também que esperamos que o Deputado Romildo Titon tenha sucesso nesse contato que está fazendo com o senhor Governador do Estado. E assim como o Governo encaminhou para esta Casa um projeto que anistiou os contribuintes inadimplentes com o Tesouro do Estado, pode também encaminhar um projeto onde ele vá

arcar com os custos desse crédito de emergência.

Nós já recebemos, Deputado Idelvino Furlanetto, vários projetos de iniciativa do Governo do Estado que davam isenção a benefícios fiscais para vários segmentos da economia.

Então, na verdade como não podemos fazer por iniciativa parlamentar um projeto que isente o agricultor do crédito de emergência e nem que determine que o Governo pague, esperamos que ele seja coerente. Ele já mandou alguns projetos beneficiando algumas categorias de contribuintes, então, que mande agora um projeto se dispondo a pagar o crédito de emergência ao pequeno agricultor.

Apenas nós, do PPB, analisamos a questão com companheiros que nos assessoraram na área jurídica, e existem dois caminhos bem claros, Deputado Idelvino Furlanetto. E um deles é que o Governo Federal assumira a dívida ou o Governo do Estado assumira a dívida. Na verdade, a anistia só pode ser dada se alguém pagar a conta, e todos os senhores Deputados sabem disso. O que não queremos é fazer um projeto aqui na Assembléia que vá soar de forma demagógica, iludir sindicatos e iludir pequenos agricultores. Na verdade, estamos fazendo muito mais um gesto político do que um gesto prático para resolver a questão.

Estas eram as minhas colocações.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado Olices Santini, V.Exa. lembrou muito bem do momento que está vivendo a agricultura familiar com o êxodo, a exclusão, o empobrecimento e como o Governo encaminhou para esta Casa projeto concedendo isenção, que é uma anistia...

O DEPUTADO OLICES SANTINI - Não, foi perdão de dívidas e juros. Foi perdão de multas e juros, não foi anistia.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Era o ICMS devido, porque todo o empresário que vendeu a sua mercadoria já reteve o ICMS que tem que pagar. Mas além do ICMS tem a multa e mais taxas. E receberam do Governo o perdão.

Nós esperamos que o Governo Paulo Afonso se sensibilize com a agricultura familiar de Santa Catarina e conceda a anistia no mínimo à safra 98. Depois tem mais 50% que ficam para a safra de 99, e o futuro Governador tratará no ano que vem com as federações, com a própria câmara setorial de crédito.

Então, acho que V.Exa. coloca coerentemente que ele também conceda o perdão para incentivar e estimular o agricultor a continuar na propriedade produzindo.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Obrigado, Deputado Idelvino Furlanetto.

Gostaria de lembrar que o BESC - não sou funcionário do BESC e não tenho autorização para defender o BESC - é um mero repassador, não tem poder de perdão, porque apenas recebeu o dinheiro do Banco do Brasil e aplicou dentro das regras estabelecidas, que são do conhecimento de todos.

Então, do meu ponto de vista não adianta fazer concentração na frente do BESC. O poder de decisão é do Governo do Estado. O gerente de São Miguel ou de Chapecó não têm poder de decidir.

Era esta a questão que gostaria de informar. Até porque não foi um movimento com o objetivo exclusivo de fazer política partidária.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas é pressão política, Deputado.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Só que deve ser aqui, no palácio.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Amanhã eles já devem estar chegando aqui.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhores Deputados, eram estas as minhas colocações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezessete minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, assomo à tribuna para falar sobre a questão que ora esteve em pauta por diversos Parlamentares.

Hoje pela manhã fomos convidados para participar de uma reunião, no plenarinho, relacionada ao problema do crédito de emergência que afeta todos os nossos pequenos agricultores. E foi-nos solicitado, como Líder do Governo, uma tentativa de viabilizar uma audiência, que já havia sido pedida, junto à Casa Militar para que um grupo de representantes dos agricultores, principalmente do Oeste catarinense, pudesse levar a sua preocupação ao Governo do Estado com relação a esse problema.

Externei a minha preocupação hoje pela manhã, no plenarinho, e externo novamente, neste instante, como Parlamentar que defende também uma região formada por pequenos produtores rurais. Também falo neste instante como Líder do Governo, porque me parece, como está sendo encaminhada a questão, como está sendo colocada, que a única forma é o Governo anistiar, o Governo do Estado, esses créditos de emergência.

É importante dizer, e aqui foi muito bem colocado pelo Deputado Olices Santini, que esses recursos vieram do Governo Federal.

O BESC foi meramente o repassador desses recursos. E foi assumido o compromisso pelo Governo do Estado como avalista no pagamento de parte de juros, como também por parte das Prefeituras dos Municípios que foram contemplados.

O único que pode anistiar esse crédito de emergência é o Governo Federal, porque foi de lá que partiram os recursos que foram repassados pelo BESC e por outras instituições.

É nesse sentido que o Governo está trabalhando, já fazendo os contatos em nível federal para tentar viabilizar a prorrogação ou a anistia desse crédito de emergência diante das circunstâncias em que se encontram os nossos produtores, diante das situações climáticas, diante do que o nosso agricultor vive perante esse plano que enfrentamos, onde foi essencialmente prejudicada a classe agrícola.

Nesse sentido o Governo já está trabalhando há dias, porque mesmo antes de haver essa manifestação de hoje nas agências dos bancos, já estava sendo solicitada essa audiência com o Governador. Já previa-se isso, e quem trabalha no meio político e com a coisa pública sabe perfeitamente que o nosso agricultor está descapitalizado, sem condições de pagar uma dívida, por menor que ela seja.

Senhor Presidente, a Assembléia Legislativa tem que trabalhar para pressionar o Governo Federal no sentido de enviar um documento para que haja uma prorrogação ou uma anistia da dívida. Não adianta quereremos ficar aqui, por ser um ano de eleição, com demago-

gias no sentido de que vai ser possível resolver esse problema em nível de Santa Catarina.

Gostaria de dizer à comitiva que está aqui presente que mesmo com a agenda totalmente lotada o Governo me disse que vai fazer o possível para até o final da tarde receber os integrantes dessa comissão. Ele quer recebê-los e dizer mais ou menos as palavras que eu aqui coloquei, ou seja, do sentimento do Governo do Estado e da sua preocupação no sentido de providências - que já estão sendo tomadas - junto ao Governo Federal para viabilizar qualquer coisa dessa natureza.

É o que o Governo pode fazer. Já tomou as devidas providências e conversou com o Presidente do BESC no sentido de que não haverá nenhuma pressão e não haverá nenhuma execução quanto aos créditos de emergência que estão vencendo. E o BESC sabendo dessa situação não vai fazer nenhuma pressão aos agricultores para que o pagamento seja feito de imediato.

Até que se encontre uma solução nesse sentido, vejo como saída o papel que o Legislativo pode fazer neste instante, que é se engajar na luta dessas pessoas.

O Governo do Estado deverá se engajar nessa luta para viabilizar em nível federal a anistia ou a prorrogação dessa dívida. E isso deveria ser não só para o Estado de Santa Catarina como, também, para os outros Estados que estão passando pela mesma situação.

Dito isto, creio ter cumprido com a minha obrigação de Líder do Governo e também como Parlamentar, no sentido de tentar viabilizar esta questão.

Como terminei o meu discurso, deixo livre o resto do meu horário ao Deputado Gelson Sorgato, se assim desejar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o senhor Deputado Gelson Sorgato por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Senhor Presidente e senhores Deputados, ouvindo o Líder do Governo, Deputado Romildo Titon, falando sobre o crédito de emergência, realmente vemos o nosso pequeno produtor, o nosso pequeno agricultor, hoje, sendo mobilizado na frente das agências do banco, reivindicando a prorrogação ou a anistia do financiamento do crédito de emergência. São em torno de aproximadamente 40 mil produtores, e o financiamento em torno de 20 milhões.

Quero dizer aqui que precisamos da presença, nesse momento, e da atuação da Assembléia Legislativa, da Comissão de Agricultura, da Frente Cooperativista da Assembléia, do Governo de Santa Catarina, mas a presença do Governo Federal é muito importante também, porque já foram encaminhados documentos para o Ministro da Agricultura, ao Ministro Malan e ao Presidente da República referentes ao crédito de emergência.

Se o Governo Federal tem recursos para socorrer a seca no Nordeste, tem recursos para o PROER, para os bancos, que também não cumprem e não pagam no seu prazo, a nossa preocupação é que o pequeno produtor, não solucionado esse grave problema, vá ao Banco do Brasil, ao próprio BESC buscar o crédito rápido para fazer a sua safra e não vá conseguir. Por quê? Porque estará inadimplente com o crédito de emergência.

Então, precisamos ter o encaminhamento, e soubemos que o Governo do Estado de Santa Catarina é avalista, mas que o dinheiro, através do FAT, vem via BNDES, Banco do Brasil e BESC. Mas precisamos também ter

uma solução via Governo Federal, porque se o Governo Federal ou o Governo do Rio Grande do Sul conseguiram, ou se vão conseguir criar um fundo para anistiar os produtores, que são em torno de cem mil gaúchos, será, quem sabe, com recursos do Governo Federal a fundo perdido, para se criar aquele fundo, e não dizendo que era para a anistia.

Com isso vão anistiar os 24 milhões que o Governo gaúcho buscou para o crédito de emergência. Nós precisamos, aqui, em Santa Catarina, nesse momento socorrer o nosso pequeno produtor.

Por isso, Deputado Romildo Titon, aguardamos a audiência do senhor Governador, para solicitarmos que o mesmo seja um intermediário. Mas sabemos que a responsabilidade é de todos os segmentos e que o Governo Federal terá a responsabilidade de sinalizar também uma solução para a emergência desse crédito feito aos nossos produtores, porque os pequenos Municípios, que são os avalistas, estão pagando 25% dos juros, o produtor 25% e o Governo do Estado 50%.

Se isto não for quitado ou não for negociado, com certeza os próprios bancos não terão nas suas carteiras agrícolas esse valor e irão dizer que colocaram o dinheiro na agricultura e já fizeram a sua parte. Por quê? Porque não houve rotatividade do dinheiro e que, por isso, não terão dinheiro disponível para emprestar de novo para a agricultura que precisa ser socorrida neste momento.

Então, essa é a nossa preocupação, ou seja, se não houver a rolagem ainda terá, também, a falta de recursos para socorrer o nosso produtor.

Por isso, espero que possamos ter a suspensão até o dia 15 ou até o final do mês da cobrança, porque mesmo que o banco não pressione e não vá cobrar, o pequeno produtor tem medo e receio de que no dia de pagar a conta os juros estejam exorbitantes, fazendo com que ele fique inadimplente por não poder pagar.

Então, para terminar quero dizer que estamos engajados para achar uma solução para o crédito de emergência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda restam quatro minutos do horário reservado ao PMDB.

Com a palavra o senhor Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Senhor Presidente e senhores Deputados, a pequena propriedade de Santa Catarina vive em petição de miséria. Esta é uma afirmação que temos, ao longo dos últimos anos, reiterado desta tribuna por várias e várias vezes. Tanto é verdade que agora, neste momento, o nosso agricultor, não só do Oeste mas de todo o Estado, não tem sequer a condição para pagar uma importância que é reduzida, que é infima com referência ao empréstimo de emergência.

Logicamente que a questão é conjuntural da agricultura, do modelo econômico, da pequena propriedade. No entanto, mesmo que se procure cobrar o nosso agricultor agora, certamente não teremos condições de fazê-lo, porque ele não tem as mínimas condições de quitar o seu débito. Débito que foi contraído para a subsistência da sua família e dele próprio, não é para a sua família e nem para o custeio de suas atividades.

Por isso mesmo precisamos, a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado, tomar ações para que possamos fazer com que o Governo Federal se sensibilize com o

problema que ora nos aflige e para que tenhamos a condição de renegociar esta dívida, para que possamos continuar cumprindo com o nosso papel dentro da pequena propriedade, para que possamos continuar a produzir alimentos que por sua vez vão originar na sua comercialização impostos que farão com que se possa retornar as necessidades básicas do nosso cidadão, para que se possa continuar a proporcionar ao indivíduo, ao cidadão, ao ser humano condições dignas de subsistência.

Nós, senhor Presidente e senhores Deputados, estamos no aguardo para o encontro, para o contato, junto com as demais entidades, com o senhor Governador.

Sabemos que o Governador do Estado tem estado conosco nesse pleito, e precisamos de fato somar esforços dentro do princípio do espírito de unidade para que possamos fazer com que o Governo Federal se sensibilize e atenda o nosso pleito da mesma forma que tem atendido a outros pleitos não tão importantes, não tão urgentes, não tão necessários, principalmente sob o aspecto social, que é o atendimento ao nosso pequeno agricultor, no sentido de ele poder continuar a produzir, a trabalhar e a gerar oportunidade de trabalho para si e para os outros.

Estamos pois, senhor Presidente, imbuídos dessa vontade, desse desejo. E nesta semana certamente vamos procurar com afinco, com esmero, com dedicação encontrar saídas para que possamos acenar para o agricultor catarinense com a expectativa da renegociação e talvez até com outras condições mais favoráveis.

Essa é a minha manifestação e, quero crer, o desejo de todos os senhores Deputados desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, demais presentes nesta Casa, lideranças sindicais, Vereadores, Prefeitos que prestigiam e ao mesmo tempo se solidarizam com a luta, com a mobilização para a anistia do crédito de emergência dos nossos pequenos agricultores de Santa Catarina.

A minha intervenção aqui caminha em duas direções. A primeira é em relação a essa realidade que a agricultura está vivendo neste momento, construída nos últimos anos neste País e neste Estado.

Portanto, se pegarmos pela ponta, que é o crédito de emergência, a primeira decisão política para pressionar o Governo Estadual e Federal seria a suspensão imediata da cobrança do crédito de emergência.

Deveríamos fazer aqui uma moção da Casa Legislativa solicitando ao Governo Federal a imediata suspensão da cobrança do crédito de emergência.

Em segundo lugar, deveríamos encaminhar uma moção ao Fórum Parlamentar Catarinense, aos Deputados Federais e Senadores, no sentido de que mobilizem essa questão em nível de Brasília, sensibilizando o Governo Federal para o segundo passo, que é a anistia do crédito de emergência para os agricultores de Santa Catarina.

Em terceiro lugar, deveríamos realizar uma moção aqui ou uma forma de pressão para o Governo do Estado assumir a responsabilidade de conseguir politicamente a

anistia do crédito de emergência, até porque o BESC é o repassador dos recursos, sim, mas ao mesmo tempo é aquele que está cobrando os recursos de volta. Por isso, o agente principal, o ator principal para o agricultor não é o Governo do Estado, não é o Governo Federal mas, sim, o BESC.

Portanto, é legítima, acertada a mobilização dos agricultores de Santa Catarina nos seus Municípios, pressionando as agências, no sentido de elas, sabendo da realidade dos agricultores, também terem um papel político de sensibilizar os próprios agentes políticos para a suspensão imediata da cobrança e para a anistia dos pagamentos.

Os agricultores vão conseguir, sim, a anistia se continuarem mobilizados, se continuarem articulados nos Municípios, porque senão nós, mais uma vez, estaremos fazendo discurso aqui mas não objetivando concretamente o que se pretende, que é a anistia aos nossos pequenos agricultores, que não têm condições de pagar.

Agora, esse é o ponto de espera. Há quatro anos o Plano de Estabilização Monetária está destruindo os nossos pequenos agricultores. É uma humilhação para o agricultor não conseguir pagar R\$250,00 ou R\$500,00. Nós ouvimos muitas vezes dos nossos pequenos agricultores, no último mês, que estava vencendo o crédito de emergência e que não tinham como pagar. Não tinham condições de pagar R\$250,00 ou 500,00, porque a média do crédito de emergência dá R\$490,00.

Isso é uma humilhação humana! O Governo Federal tem uma política que se sustenta na estabilização monetária graças ao empobrecimento dos nossos pequenos agricultores, graças ao desemprego, ao não-aumento salarial dos trabalhadores e graças a delapidação do patrimônio público com juros altos, que tem que vender o nosso patrimônio para pagar juros em serviço da dívida, e não tem recursos para subsidiar os nossos pequenos agricultores.

Os agricultores não têm como pagar o crédito de emergência porque não têm seguro agrícola; não podem pagar o crédito de emergência porque não têm preço mínimo; não podem pagar porque não têm fundo de aval para o seu financiamento; porque também a política de fronteiras escancara as fronteiras para os produtos agrícolas e mantém protegidos os produtores de automóveis neste País; não podem pagar porque o Governo Federal alijou os pequenos agricultores da sua política de fortalecimento da agricultura, pelo contrário, o empobrecimento da agricultura, a desgraça da agricultura tem mantido a estabilização monetária neste País.

É por isso que o não-pagamento do crédito de emergência é um direito dos pequenos agricultores para resgatar o mínimo de condições de permanecer na roça.

É humilhação estar aqui nesta tribuna dizendo que os agricultores não podem pagar R\$490,00. É uma denúncia dessa política econômica, desses últimos quatro anos, que impede qualquer esperança, qualquer dignidade aos nossos pequenos agricultores.

As forças políticas que compõem a força de sustentação de FHC deveriam estar se perguntando por que o agricultor não consegue pagar crédito de emergência. Tendo vontade política, mesmo com pouco dinheiro, dá para fortalecer a agricultura familiar. Com muito menos recurso do que o Prodec-Agroindustrial ou o Prodec-Automotivo sustentam um emprego. A área rural tem alternativa, sim, basta vontade política.

Vemos em todos os Estados do País as famílias rurais indo para o centro urbano. E o lugar do País que tem mais famílias da área rural é o Distrito Federal, Brasília. Tendo vontade política dá para aumentar a renda na área rural. Vemos as cem pequenas agroindústrias possibilitando empregos e renda, dinheiro no bolso do agricultor, mostrando que é possível construir um País diferente, é possível construir uma agricultura diferente, desde que se construa um novo projeto político neste País, um novo projeto para a agricultura deste País.

A Prefeitura Municipal de Chapecó foi premiada porque está buscando alternativas para a agricultura. Vemos que isso é possível, mesmo com poucos recursos, só é preciso vontade política para fortalecer os pequenos agricultores e para fortalecer a agricultura familiar.

Por isso que nós, Deputados, deveríamos nos envergonhar de estar pressionando os Governos Federal e Estadual para anistiar R\$500,00. Deveria ter crédito subsidiado, deveria ter seguro agrícola, deveria ter sido discutido agora o crédito para a próxima safra. Ainda estamos discutindo o crédito de emergência, que veio, a nova safra veio e os recursos financeiros foram embora da agricultura.

Essa transferência de renda da roça para outros setores da economia é que temos que denunciar aqui. E se nós aqui não tivermos capacidade política de pressionar e mobilizar a sociedade para que os R\$500,00 sejam perdoados, o que poderemos dizer do empobrecimento generalizado? Na próxima safra, os agricultores vão ter que vender a terra, a casa, a mobília e a sogra juntos, porque não vai sobrar mais ninguém na área rural. Vão ter que se desfazer do próprio patrimônio e depois ir embora!

É inadmissível isso! A política que se sustenta em nível federal vai empobrecendo a agricultura. Tem que se mudar politicamente este País! Não é possível achar que com a anistia do crédito de emergência os agricultores vão ficar melhor. Já estão empobrecidos, não há como empobrecerem mais. Tirar o patrimônio para pagar o que é de emergência é inadmissível num País que se quer soberano, num País que se quer gerar emprego e renda.

É por isso, Deputado Volnei Morastoni, que Fernando Henrique pede para Deus gerar emprego, porque está tirando emprego da área rural e da área urbana. O povo deve salvar este País com uma nova política econômica, desempregando FHC! A partir de janeiro ele vai ter que pedir para Deus emprego, porque não vai mais estar na Presidência da República...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente gostaria de cumprimentar os nobres sindicalistas que se fazem presentes neste Plenário para reivindicar, pressionar, lutar mais uma vez para conseguir uma audiência com o Governador do Estado, que está mergulhado em seus problemas.

O tema hoje não poderia ser diferente, é o tema tão surrado, tão batido durante esses últimos anos nesta tribuna por vários Deputados

ligados à área da agricultura. Mais uma vez estamos aqui com uma documentação, via fax, dos mais diversos Municípios do Oeste Catarinense, de Anchieta, União do Oeste e de Lindóia, todos indignados com o descaso do Governo com a agricultura.

O agricultor no ano passado pegou dinheiro no banco, investiu, trabalhou corretamente, vendeu o produto mas não teve renda, não teve lucro, porque teve que pagar a dívida contraída.

Não sou de radicalizar, sempre fui pelo entendimento, pelo diálogo, pelo bom senso, mas acho que está faltando sensibilidade por parte dos Governos, principalmente do Governo Federal.

Sou da opinião, senhores Deputados, que a agricultura precisa tomar atitudes mais drásticas, mais duras para fazer valer o seu direito, para ser valorizada, para ser escutada a nível de Estado e a nível de País.

Os agricultores e os sindicalistas se organizaram e estão aqui na Capital para pedir que o Governador consiga agendar um tempo para recebê-los. Eles querem encaminhar, de forma pacífica, essa questão da dívida que têm com a agricultura.

Falou-se aqui, de forma muito coerente, de forma acertada na prorrogação e, num segundo momento, na anistia do crédito de emergência.

Eu já havia feito uma proposta e até se elaborou um anteprojeto de lei para prorrogar toda a dívida dos pequenos agricultores.

Isto, agora, em tese, ficaria mais fácil. O Governo Federal, agora, com a venda da Telebrás, recebeu a quantia nada desprezível de 22 bilhões e alguns quebrados de reais, por que, então, não poderia assumir por um certo período, por um prazo de oito ou dez anos, todas as dívidas dos nossos pequenos agricultores aqui de Santa Catarina, que no nosso cálculo não chega nem a 300 milhões de reais?!

Seria um valor ínfimo em relação àquilo que foi arrecadado com a venda da Telebrás, que o Governo até venderia (caberia aqui um parênteses) pelo valor de 13 bilhões, mas os acionistas, os homens de negócios, entendendo que a Telebrás vale muito mais, ofertaram no leilão 22 bilhões de reais.

Então, uma pequena quantia, uma pequena parcela desse valor, destinada à pequena agricultura, tiraria do sufoco, da angústia centenas de famílias, dezenas de Prefeituras que deixam de arrecadar o ICMS, caindo assustadoramente o nosso comércio e a nossa pequena indústria, que também sofrem por causa da falência do agricultor.

Então, somamo-nos, neste pronunciamento, a todas as vozes aqui hoje levantadas, para que se encontre não um paliativo mas, sim, uma solução definitiva para o nosso sofrido pequeno agricultor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Houve a solicitação do Deputado Onofre Santo Agostini para fazer uso da palavra e pelo rateio há tempo ainda para isso.

Esta Presidência, então, concede a palavra a V.Exa., Deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, assomo à tribuna para fazer um registro muito triste. Talvez o crime mais horrível em Santa Catarina aconteceu, por infelicidade, na minha cidade, essa madrugada.

Faço este registro, senhores Deputados, porque não entendo o que está havendo com a sociedade brasileira.

O cidadão Valdir Feroldi, proprietário

estabelecido, saiu de sua residência durante à tarde, inclusive às 18h esteve com este Deputado em Curitiba jogando uma canastra, e quando regressou viu uma das cenas mais horríveis, eu acho, que Santa Catarina e quem sabe o Brasil já registrou. A sua esposa, com 25 anos de idade, estava degolada na garagem. Na cozinha, a sua cunhada, com apenas 10 anos de idade, também estava degolada. No quarto, o seu filho, com cinco anos de idade, também degolado. E para encerrar esta cena horrível, no outro quarto, a criança de dois anos de idade, também degolada. Uma cena terrível!

Valdir Feroldi, açougueiro da cidade de Curitiba, pessoa conceituada, chegou em casa por volta das 22h e viu toda a sua família, a sua esposa, sua cunhada e seus dois filhos, dentre os quais um era meu afilhado, neste lamentável episódio.

A sua esposa, Deputado Odacir Zonta, levou 24 facadas e foi degolada e todos os seus filhos também foram degolados.

É lamentável eu ter que prestar estas informações aos senhores Deputados. A imprensa hoje, ao meio-dia, divulgou que ainda não há suspeito. Deve ter havido um assalto, porque roubaram alguns objetos.

Realmente, Deputado Reno Caramori, foi uma das cenas mais horríveis que o Brasil já assistiu. Não podemos admitir que três crianças, uma com dois anos, outra com cinco e a terceira com dez, sejam arrancadas do nosso convívio de forma tão lamentável.

Valdir Feroldi, V.Exa. conhece, popularmente chamado de Bugio, comprador de boi de toda Santa Catarina, perdeu toda a sua família nesse estado lastimável.

Senhor Presidente, solicito que a Assembléia Legislativa envie um telegrama de pesar a Valdir Feroldi por esse episódio lamentável, que entristeceu não só Curitiba como toda a região serrana, toda Santa Catarina e porque não dizer o Brasil.

Alguma coisa terá que ser feita para evitar que esse tipo de violência...

O Sr. Deputado Miguel Ximenes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Miguel Ximenes - Nobre Deputado, gostaríamos também de manifestar a nossa solidariedade à família curitibanense por esse lamentável acontecimento, o que reflete o grau de violência em que a sociedade, não só catarinense mas também a brasileira, vive no presente momento.

Tem também V.Exa., que é digno representante daquela região, a nossa manifestação de pesar.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Muito obrigado, Deputado Miguel Ximenes.

Ontem à tarde, na hora do sepultamento da esposa e dos filhos de Valdir Feroldi, Curitiba e toda a região estavam chocados por esse episódio.

Senhor Presidente, lamento prestar esta informação, mas é meu dever como amigo e compadre de Valdir Feroldi trazer este lamentável acontecimento ao conhecimento dos senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

O senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, procederá à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 24 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Herval D'Oste e ao Presidente da Câmara de Vereadores, cumprimentando-os pelo progresso pujante do Município que no dia 6 de agosto comemora mais um aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara de Vereadores e à valorosa comunidade de Chapecó, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Ipira, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Joaçaba, cumprimentando-os por mais um aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Peritiba, cumprimentando-os por mais um aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, manifestando preocupação sobre a redução do repasse do Fundo de Participação aos Municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo que seja encaminhado, em caráter de urgência, a reforma e a ampliação da Escola Básica Dr. Carlos Culmey, localizada no bairro Cristo Rei, no Município de São Carlos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc e ao Engenheiro-Chefe do Departamento de Telefonia Celular da Telesc, pedindo o fornecimento da programação para a instalação da telefonia celular móvel no Município de Itapiranga.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro da Fazenda, solicitando a utilização de parte dos recursos de 22,5 bilhões de reais, oriundos da venda da Telebrás, para assumir a dívida dos pequenos agricultores contraídas por crédito de emergência.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, pedindo providências na liberação de recursos para os centros sociais urbanos catarinenses.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, pedindo providências na liberação de recursos em favor da Paróquia N. Sra. da Glória, no Município de Blumenau, referente ao contrato de aluguel da Escola Básica Celso Ramos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Moção de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Ministro da Justiça, reivindicando a implantação de uma Delegacia Especial de Fronteira no Município de Dionísio Cerqueira.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e ao Diretor-Geral do Deter, reivindicando a construção de dois abrigos para passageiros ao longo da SC-477, na divisa dos Municípios de Canoinhas e Major Vieira.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Indicação de autoria do Deputado Jorginho Mello, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que a pensão concedida aos quádruplos da Sra. Nalícia Mattiuz, residente em Joaçaba, estenda-se até os 18 anos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Pedido de informação de autoria do Deputado Eni Voltolini, a ser enviado ao Governador do Estado, sobre quais os órgãos da administração direta ou indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias ou controladas têm constituído órgãos colegiados como Conselho Consultivo, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal; se os servidores que compõem esses órgãos colegiados percebem algum tipo de remuneração ou auxílio por essa representação; e qual o dispêndio do Estado.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado à Senhora Secretária de Estado da Educação e do Desporto, através do Governador do Estado, solicitando que sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa informações do andamento do

Processo nº 03SE, referente a transformação da Escola Básica Luiz Lazzarin em Colégio Estadual, localizada no Município de Criciúma.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Secretário de Estado da Saúde, através do Governador do Estado, contendo quesitos sobre o Plano de Prevenção à Aids.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Não há mais matéria na Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

A Presidência apela aos Presidentes das Comissões para que realizem as reuniões e dêem os pareceres dos projetos de lei que estão tramitando nesta Casa, para que possamos colocá-los em votação no Plenário.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, desejamos, através de V.Exa., convocar os membros da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo para uma reunião, amanhã, às 14h, na sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ficam, portanto, convocados os membros da referida Comissão para uma reunião, amanhã, às 14h.

Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)
Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, dentro do calendário especial, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 04 DE AGOSTO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho

Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Luiz Herbst, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Luiz Herbst, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Luiz Herbst) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIOS NºS:

067/98, do Senhor Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando resposta formalizada pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab, referente a Indicação nº 069/98;

068/98, do Senhor Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando resposta formalizada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, referente a Indicação nº 050/98;

072/98, do Senhor Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, referente a Indicação nº 010/98; 6134, 6135, 6334 e 6335, do senhor Governador do Estado de Santa Catarina, em resposta ao Ofício GP/DP/338/98, que encaminhou os Pedidos de Informação de nºs 028, 029, 026 e 027/98, respectivamente;

6243/983, do senhor Governador do

Estado de Santa Catarina, em resposta ao Ofício GP/DP/324/98, que encaminha o Pedido de Informação nº 025/98;

6133/983, do senhor Governador do Estado de Santa Catarina, em resposta ao Ofício GP/DP/310/98, que encaminha o Pedido de Informação nº 024/98;

981705, do senhor Diretor de Operações da Cohab/SC, encaminhando resposta ao Ofício DP/303/98;

981859, do senhor Diretor de Operações da Cohab/SC, encaminhando resposta ao Ofício DP/345/98.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Curso Primário Gente Inocente;

- de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, que acrescenta alínea ao parágrafo único do art. 14, da Lei nº 9.163, de 23 de julho de 1993;

- de autoria de vários senhores Deputados, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de vencimento do Crédito de Emergência.

Era o que constava do expediente,

senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, senhores Deputados, vamos suspender a presente sessão até as 11h, tendo em vista termos reuniões das Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça e com a previsão das demais Comissões também se reunirem.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Tendo presente de que os trabalhos das Comissões Técnicas recém-iniciaram, demandando, ainda, um longo tempo para a sua conclusão, visto que a maioria dos Parlamentares interessados nas matérias e membros das Comissões Técnicas estão acompanhando este trabalho, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias constantes da pauta da Ordem do Dia e as que forem conclusas nas Comissões Técnicas de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO DP

RESOLUÇÃO DP Nº 021/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

CONSTITUIR Comissão Especial integrada pelo Senhor Deputado Ivan Ranzolin - Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, e Senhores Sérgio Carriço de Oliveira - Procurador, José Buzzi - Advogado e Ivon Monteiro de Souza - Auxiliar de Administração, para "in loco"

fazer vistoria na sede da unidade do Distrito de Bateas de Baixo, desmembrando-se do Município de Campo Alegre, em conformidade com a Lei Complementar nº 135, de 11 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei Complementar nº 139, de 19 de julho de 1995.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 10 de agosto de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 051/98

REFERENTE: Convênio 001/98-00, de 01.07.98

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação dos Funcionários da ALESC.

ORIGEM: Resolução da Mesa Diretora da ALESC, nº 1.250/94 de 12.09.94 e suas alterações.

OBJETO: Concessão de Auxílio Educação através da AFALESC

VIGÊNCIA: 07 (sete) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 246.400,00

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3132.00.00

Signatários:

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Hugo Greggi - Presidente da AFALESC

Florianópolis, 10 de agosto de 1998

*** X X X ***

OFÍCIO

Comissão Constituição, Justiça e Redação de Leis

Florianópolis, em 12 de agosto de 1998.

Ofício nº 225/98 CCJRL

Exmo.Sr.

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumpra-me de ordem do Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, solicitar a V. Exa. a publicação da convocação da Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, para o dia 17 deste mês às 9 horas, sala 27 de Reuniões das Comissões, sendo conjuntamente com as Comissões de Finanças e Tributação; Trabalho, Administração e de Serviços Públicos; e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, para análise do Projeto de Lei nº 189/98, que trata do Sistema Financeiro do Estado, e outros a serem inseridos na pauta posteriormente.

Certo de sua atenção, despeço-me, atenciosamente.

Ivon Monteiro de Souza

- Secretário "ad hoc" -

*** X X X ***